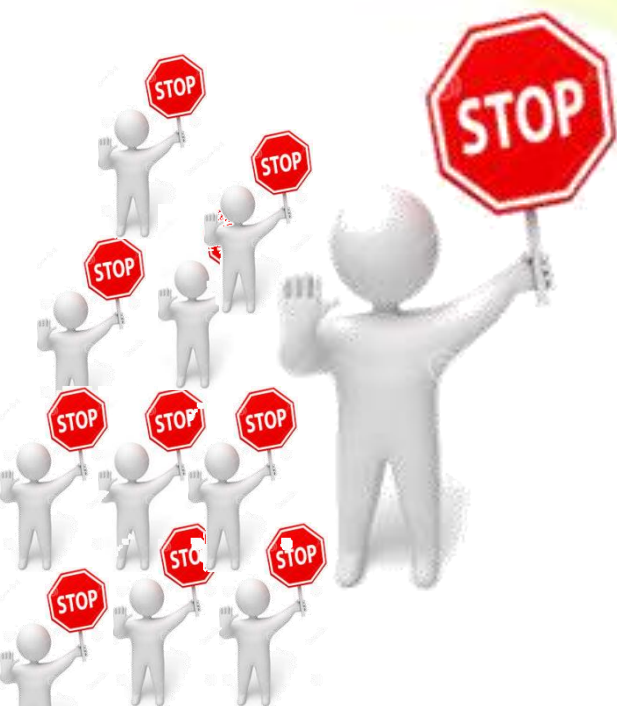


Observatório Social de Mandaguari

ADAMA



Apresentação
13.06.2014





**QUER
UM PAÍS
SEM
CORRUPÇÃO?
SEJA
HONESTO.**



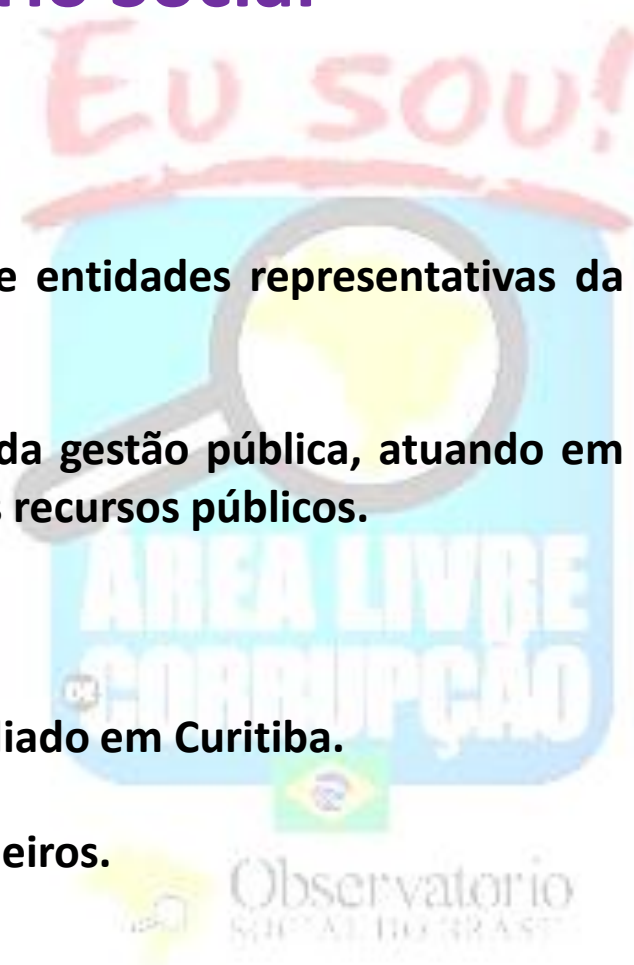
Vídeo : Sinto Vergonha de mim

<http://www.youtube.com/watch?v=3IQ8cBqrbtA>



O que é um Observatório Social

- É um espaço democrático e apartidário.
- Reúne em sua estrutura o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil.
- Tem como objetivo contribuir para com a melhoria da gestão pública, atuando em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos.
- Teve início em 2005, na cidade de Maringá.
- O Observatório Social do Brasil foi criado em 2008, sediado em Curitiba.
- Conta com entidades distribuídas por 15 Estados brasileiros.
- É formado em sua maioria por voluntários.



Importante Legislação que estabelece atos administrativos dos Órgãos Públicos, quanto a Transparência, Controle Social e Acesso à Informação

Constituição Federal Brasileira/88

Art. 5º, inc. XXXIII

“ todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade...”

Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão

“Art. 15.º A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.”

Lei Complementar Federal 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será **dada ampla divulgação**, inclusive em **meios eletrônicos de acesso público**: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público

Lei de Acesso à Informação Pública –

*Em seu inteiro teor garante aos cidadãos o acesso à informação pública e estabelece as sanções para os agentes públicos que impeçam, direta ou indiretamente ao cidadão, o alcance das informações desejadas. **Publicidade é a regra; Sigilo é a exceção***

Lei Estadual nº 16.595/10 – Lei de Transparência do Estado do Paraná

Art. 1º, §1º, c/c art. 2º, §1º da Lei de Transparência nº 16.595/2010:

*“Todos os atos administrativos realizados e contratos firmados pelos entes discriminados no caput do art. 1º, **que importem em despesas públicas**, inclusive a aquisição de bens móveis e imóveis, doações, cessões, **operações financeiras de qualquer natureza**, ingresso, exoneração e aposentadoria de membros dos Poderes Executivo, Legislativo [...], e a admissão, exoneração e aposentadoria de servidores e funcionários, inclusive os comissionados, contratação, demissão e aposentadoria de empregados públicos, contratação de prestadores de serviços e pagamento de diárias, **deverão ser integralmente publicados no Portal de Transparência [...]**”. (nosso grifo)*

Lei Complementar Estadual nº 137/11 – Lei que estende aos Municípios paranaenses a Lei Estadual de Transparência supracitada.

Lei Orgânica Municipal

Art. 2º O Município[..] garantirá vida digna aos seus Munícipes e será administrado com transparência em seus atos e ações, moralidade, democracia, descentralização administrativa, garantindo amplo acesso dos meios de comunicação aos atos e informações, bem como a participação, fiscalização e controles populares, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 3º Todo cidadão tem direito de requerer informações sobre os atos da administração municipal, sendo parte legítima para pleitear, perante os Poderes Públicos competentes, a declaração de nulidade ou anulação de atos lesivos ao patrimônio público.

Decisão do Supremo Tribunal Federal em face de processo impetrado por **SERVIDORES** do **Tribunal de Justiça de MG** que tentavam impedir a publicação dos seus salários, conforme resolução do CNJ.

"O STF entendeu que o cidadão que decide ingressar no serviço público adere ao regime jurídico próprio da Administração Pública, que prevê a publicidade de todas as informações de interesse da coletividade, dentre elas a remuneração dos seus servidores". "Desse modo, não há que se falar em violação ao direito líquido e certo do servidor de ter asseguradas a intimidade e a privacidade".



Rede OSB



Bahia(BA) - **4**
Distrito Federal(DF) - **1**
Mato Grosso(MT) - **3**
Mato Grosso do Sul (MS) - **2**
Pará(PA) - **1**
Paraíba (PB) - **1**
Paraná (PR) - **27**
Pernambuco (PE) - **1**
Piauí (PI) - **1**
Rio de Janeiro (RJ) - **1**
Rio Grande do Norte (RN) - **1**
Rio Grande do Sul (RS) - **5**
Rondônia (RO) - **1**
Santa Catarina (SC) - **14**
São Paulo (SP) - **11**

80 Observatórios, em 15 Estados





***10º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas
do
Observatório Social de Mandaguari - ADAMA***

1º Quadrimestre 2014



Observatório Social de Mandaguari - ADAMA

Mandaguari - PR

O Observatório Social de Mandaguari – ADAMA, organização de controle social, sem fins lucrativos, foi criado em 25 de fevereiro de 2005. Primeiramente denominou-se Associação dos Amigos de Mandaguari – ADAMA e, posteriormente, com a filiação à Rede OSB, passou a denominar-se Observatório Social de Mandaguari – ADAMA. Obteve seu Título de Utilidade Pública Municipal em 27 de fevereiro de 2010, através da Lei Municipal nº 1.688/2010.

A entidade conta com parceiros de suma importância, principalmente no que tange à necessidade de conscientização da população sobre seus direitos e deveres para com a Gestão Pública.

Estrutura da equipe

O OS de Mandaguari – ADAMA conta com o trabalho de:

- Dois estagiários, acadêmicos de Direito;
- Cinco membros do Conselho de Administração
- Seis membros do Conselho Fiscal
- Um Procurador Jurídico
- Um Contador
- Demais associados.



O Observatório Social de Mandaguari – ADAMA tem como principais parceiros:

Rotary Club Mandaguari-Família

Rotary Club de Mandaguari

Elos Clube de Mandaguari

Lions Club de Mandaguari

Assoc. de Senhoras de Rotarianos

Loja Maçônica Estrela do Norte II

Instituto Sicoob

Banco do Brasil

Assoc. Atlet. Banco do Brasil

Sicredi

Rádio e Portal Agora FM

Mandaguari Online

Gazeta Regional

Paróquia Bom Pastor

Paróquia Nossa Senhora Aparecida

Escola Estadual São Vicente Pallotti

Colégio Estadual José Luís Gori

Colégio São Francisco de Assis

Colégio Estadual Vera Cruz

CEEBJA Santa Clara

Espaço Cultural São Francisco de Assis

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari

ARAS Vida

Conselho Municipal de Saúde

UNDEF – Fundo de Democracia das Nações Unidas

Associação dos Juizes Federais do Paraná – APAJUFE

“Artciel19”

AMARRIBO Brasil

Instituto de Fiscalização e Controle – IFC

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Ministério Público

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Tribunal de Contas da União – PR

Controladoria Geral da União – PR

Receita Federal – Regional Maringá



Perfil do Município

População / IDHM	34.006
Orçamento do Município (Anual)	R\$ 75.947.991,64
Orçamento do Município (Mensal)	R\$ 6.328.999,30
Orçamento per capita	R\$ 2.233,37
Número de Vereadores	09
Orçamento da Câmara (Anual)	R\$ 4.556.879,49
Orçamento da Câmara (Mensal)	R\$ 379.739,95





Monitoramento dos Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal



Como acessar o Portal de Transparência da Prefeitura Municipal?

Primeiramente, deve-se acessar o site da Prefeitura Municipal <http://www.mandaguari.pr.gov.br/>;
Depois, clicar em “Transparência”.

Prefeitura do Município Mandaguari

Quinta-feira, 12 de Junho de 2014

TRIBUTOS WEB LICITAÇÃO TRANSPARÊNCIA

INÍCIO IPTU SECRETARIAS NOTÍCIAS CONHEÇA MANDAGUARI UTILIDADES CONTATO

HÁ VAGAS

Prefeitura investe 300 mil em equipamentos para saúde

ACESSO WEBMAIL

ENTRAR

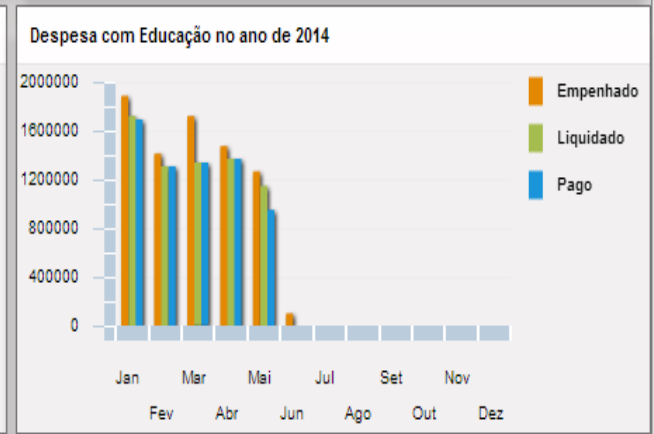
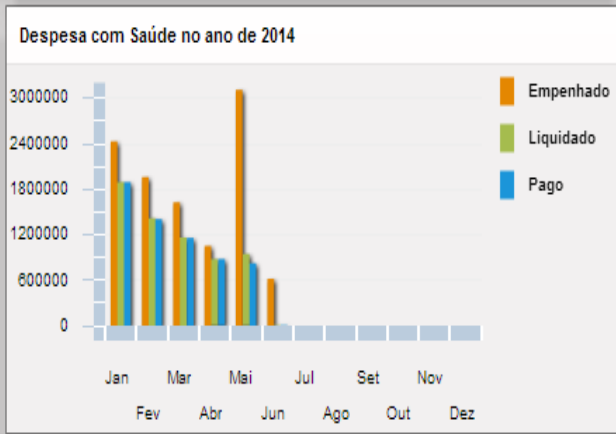
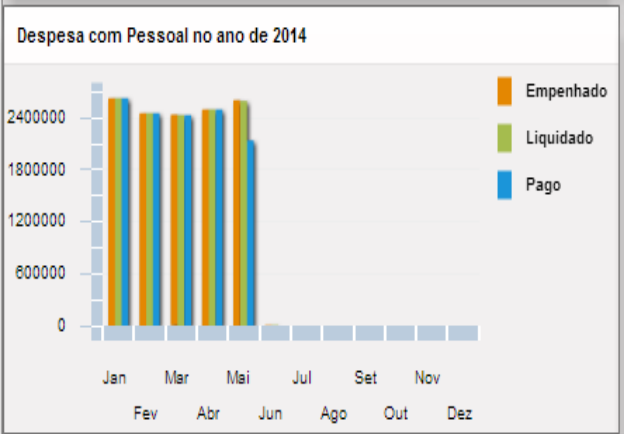
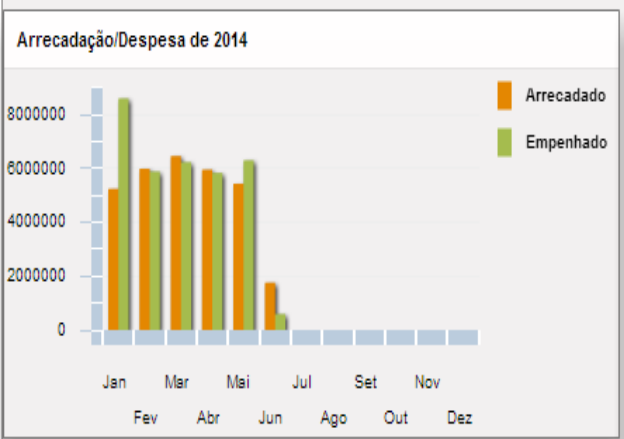
Acompanhe o dia a dia das OBRAS

Departamento de Cultura convoca artistas de Mandaguari para fazerem seu cadastro.



Nº de Acessos: 29097 Entidade: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI** Ano: 2014 Data/Hora da última atualização: 13/06/2014 13:35

- Geral
- Despesas
- Receitas
- Credores
- Veículos
- Diárias
- Repasse
- Convênios
- Licitações
- Patrimônio
- Folha de Pagamento
- Publicações



* Informações sujeitas a alterações.

Através do SIM – Sistema Informatizado de Monitoramento, o OS de Mandaguari – ADAMA divulga os avisos de licitações realizadas pela Prefeitura Municipal e pela Câmara Municipal.

Assim que o aviso é publicado no Diário Oficial, o mesmo é cadastrado no SIM e enviado a todos os fornecedores cadastrados no mesmo, que possuam ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

Com essa ação há grande probabilidade de um aumento no número de empresas presentes no certame licitatório.

Essa é apenas uma das funções do SIM. Nele, cada OS deve cadastrar empresas fornecedoras; produtos; avisos de licitação; resultados do certame; enviar e-mails aos fornecedores, entre outros. O objetivo é que se possa alcançar a finalidade para a qual foi criado, ou seja, comparação de preços; comparação de quantidades; Relatórios Quadrimestrais; comparação de Editais, convite aos fornecedores, dentre outros.



Contratações ocorridas no 1º Quadrimestre Prefeitura Municipal

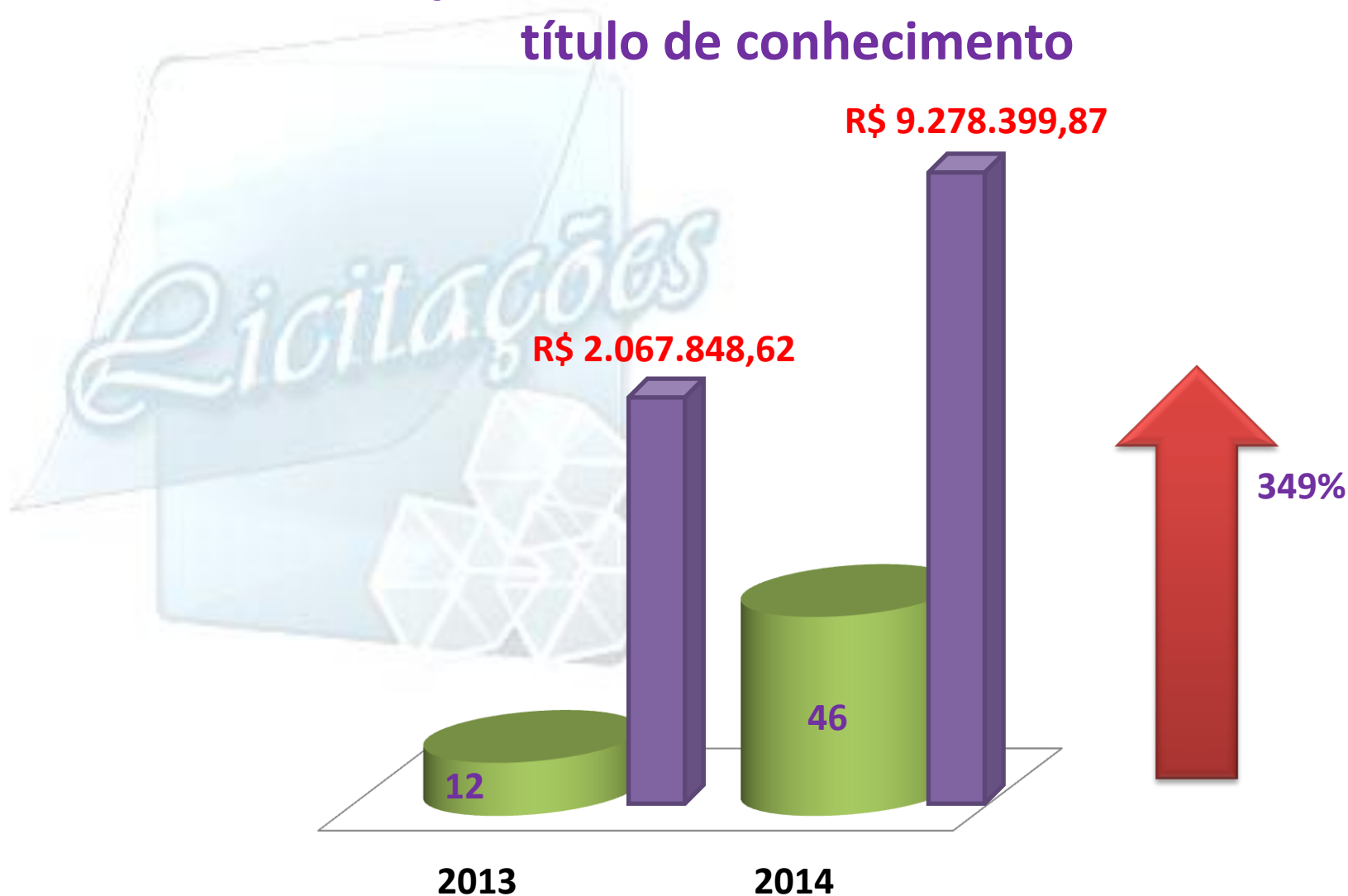
MODALIDADE	TOTAL	ANDAMENTO	FRACASSADA	REVOGADA	DESERTA	SUSPensa	CONCLUÍDA	ANULADA
Pregão Presencial	45	5	1	1	1	1	40	0
Pregão Eletrônico	3	0	0	0	0	0	3	0
Concorrência	2	1	1	0	0	0	1	0
Concurso	0	0	0	0	0	0	0	0
Leilão	0	0	0	0	0	0	0	0
Dispensa	4	0	0	0	0	0	4	0
Convite	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Preço	3	1	0	0	0	0	2	0
Inexigibilidade	20	0	0	0	0	0	20	0
TOTAL	77	7	2	1	1	1	70	0

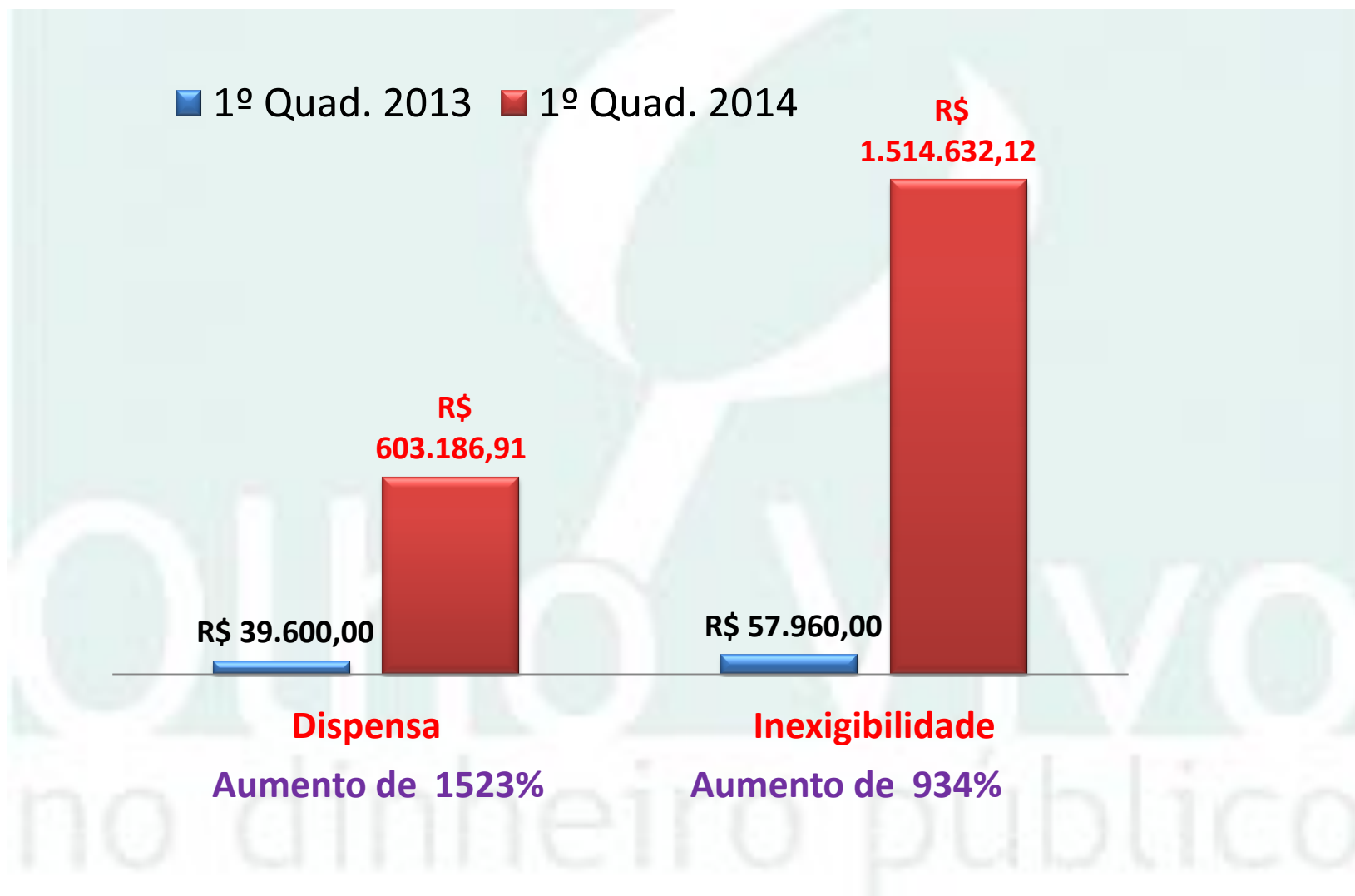


MODALIDADE	VALORES MÁXIMOS R\$	VALORES LICITADOS R\$	REDUÇÃO R\$	REDUÇÃO	PARTICIPANTES	ME	EPP	MEI	OUTRO
Pregão Presencial	6.912.824,75	5.702.190,86	1.210.633,89	18%	87	24	5	0	58
Pregão Eletrônico	300.850,00	299.269,00	1.581,00	1%	10	5	1	0	4
Concorrência	840.000,00	840.000,00	R\$ 0,00	0%	1				1
Concurso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Leilão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dispensa	603.186,91	603.186,91	0	0	4	0	0	0	4
Convite	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomada de Preço	366.019,72	316.836,98	49.182,74	13%	4	1	0	0	3
Inexigibilidade	1.514.632,12	1.514.632,12	0	0	20	4	1	0	15
Total	10.537.513,50	9.278.399,87	1.278.113,63	12%	122	34	7	0	81



Licitações ocorridas no 1º Quadrimestre a título de conhecimento





O que tem dificultado o trabalho do Observatório Social

Falta de transparência: - Prefeitura Municipal (alguns itens)

1 - As contratações realizadas sem licitação (**Dispensa e Inexigibilidade**) não estão publicadas no Portal de Transparência. - Há **omissão** na disponibilização dos atos que deram ensejo a contratação. (Não há como saber a quantidade; a justificativa; o porquê da aquisição; para onde; com quais recursos; a qualidade do que está sendo adquirido; as obrigações do fornecedor; a previsão de utilização; nem mesmo o **parecer jurídico sobre a contratação**; etc.)

2 – Não há como constatar, para comparar com outros municípios do mesmo porte, por exemplo:

I - despesas com pessoal efetivo, comissionado e eletivo.

II – despesas com a frota municipal

III - investimentos nas diferentes áreas e resultados obtidos, **etc..**



3 – Não há disponibilização de toda a Legislação Municipal aos cidadãos, nem mesmo um mecanismo de pesquisa adequado. Não consta a identificação do arquivo inserido. Exemplo: **Abertura de Credt. Suplementar?? – Não consta o nº da Lei, nem do que se trata, especificamente, nem a data de publicação. Deveria especificar ao menos o nº da lei (na descrição do link), pois, sem nenhuma identificação, o cidadão tem de abrir todos os arquivos inseridos para achar a lei que deseja.**

4 - Não há um local de atendimento (Físico e Virtual) ao cidadão para o acesso à informação de forma adequada. (SIC e E-SIC)

5 – Não há a disponibilização de **contrato** firmado com as empresas fornecedoras do Município.

6 – Não há disponibilização dos Documentos oficiais pertinentes aos convênios firmados.



7 – Não há disponibilização da Folha de Pagamento de 2013 e, a de 2014, só publica o salário base. Não são publicados os RTIDEs – Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, FGs – Funções Gratificadas, ou seja, **Proventos em geral**.

8 - Nos tópicos referentes as Diárias, “Data de Saída” e “Data de Retorno”, as datas inseridas encontram-se equivocadas há muito. Nas três primeiras páginas constam **30/12/1899** para ambas as informações.

9 - **Controle de Estoque:** Não encontramos nenhum Link/Aba/Tópico referente ao Controle de Estoque. Conforme Art. 2º, § 7, inc. VIII, da Lei 16.595/10 - *“O Portal da Transparência agrupará as informações, preferencialmente em ordem cronológica, divididas por mês e ano, a partir das seguintes categorias: [...] VIII - controle de estoque: listas de entradas e saídas de mercadorias;”*.

Entendemos que devem ser criadas, conforme facultado no §8º da referida Lei - ***“categorias e subcategorias que facilitem a pesquisa por parte dos interessados.”(nosso grifo).***

Entidade:

Modalidad:		Nº LI
------------	--	-------

[illegible]

Há o link para download...entretanto...

Contrato não possui documento anexado!



...



Erro na publicação das diárias – Questionado várias vezes.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
MANDAGUARI-PR



Nº de Acessos: 29070

Entidade: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Ano: 2014

Data/Hora da última atualização: 13/06/2014 10:58

Geral Despesas Receitas Credores Veículos Diárias Repasses Convênios Licitações Patrimônio Folha de Pagamento Publicações

Nome: Mês: Destino:

Empenho/2014	Nome	Data Saída	Data Retorno	Destino	Qtde Diárias	Valor Total	Valor Passag...	Motivo
986	JOSE MARIA DA SILVA	30/12/1899	30/12/1899	MARINGÁ	2,00	0,00	0,00	VALOR REFERENTE A 03 (TRÊS) DIÁRIAS PARA APUCARANA-PR NOS
125	ROMUALDO BATISTA	30/12/1899	30/12/1899	CURITIBA	2,00	800,00	0,00	VALOR REF A DUAS DIARIA PARA A CIDADE DE CURITIBA - PR ONDE IR
816	JOSIAS GONÇALVES	30/12/1899	30/12/1899	CURITIBA	2,00	500,00	0,00	VALOR REFERENTE A 02 (DUAS) DIÁRIAS PARA CURITIBA PARA PART
985	JOSE MARIA DA SILVA	30/12/1899	30/12/1899	JANDAIA DO SUL	1,00	40,00	0,00	VALOR REFERENTE A 01 DIÁRIA PARA JANDAIA DO SUL-PR, DIA 25 DE
124	JOSIAS GONÇALVES	30/12/1899	30/12/1899	CURITIBA	1,00	250,00	0,00	VALOR REFERENTE A UMA DIÁRIA PARA PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO
122	ALINE TALMA	30/12/1899	30/12/1899	CURITIBA	1,50	375,00	0,00	VALOR REFERENTE A 1 DIÁRIA E MEIA PARA PARTICIPAR EM UMA REU
814	FERNANDO GIACOMO GAMBALLE FILI	30/12/1899	30/12/1899	MARINGÁ	1,00	40,00	0,00	VALOR REFERENTE A UMA DIÁRIA A MARINGA PARA O SERVIDOR CO

Pág. Atual: 1º

Próxima

PDF

Exportar

* Informações sujeitas a alterações.

Portal da Transparência - Versão 3.5.283.2





Monitoramento dos Processos Licitatórios da Câmara Municipal



[Página Inicial](#)[Página Inicial](#)[Apresentação e Competências](#)[Vereadores](#)[Comissões Permanentes](#)[Sala de Imprensa](#)[Legislaturas](#)[Plantão de Notícias](#)[Requerimentos](#)[Pautas](#)[Moções](#)[Utilidade Pública](#)[Sessões ao vivo](#)[Audio das sessões](#)

Contas municipais de 2013 estão disponíveis para análise da população



Desde o dia 15 de abril a prestação de contas do Poder Executivo Municipal, referente ao ano de 2013, está na Câmara à disposição das pessoas que quiserem analisar a forma como foram aplicados os recursos públicos. O acesso aos documentos atende aos dispositivos da Lei de Transparência, que determina que os cidadãos tenham acesso a informação para exercer o efetivo controle social sobre a gestão pública.



De acordo com o artigo 218 do Regimento Interno da Câmara, a documentação ficará disponível para exame e apreciação pública pelo prazo de 60 dias. Durante este período qualquer cidadão poderá se dirigir até a Câmara e solicitar o acesso aos documentos, o que lhe será concedido independente de autorização prévia, requerimento ou despacho. O interessado poderá ainda questionar a legitimidade das contas mediante requerimento assinado e com firma reconhecida.

Arquivos para
download

Pauta da sessão ordinária do dia 09/06/2014





Câmara Municipal de
Mandaguari

Sex, 13 de Junho de 2014

pesquisar...



[Voltar para a página inicial](#)

[Solicitação de Documentos](#)

Portal da Transparência

Clique aqui para acessar as informações do Portal da Transparência



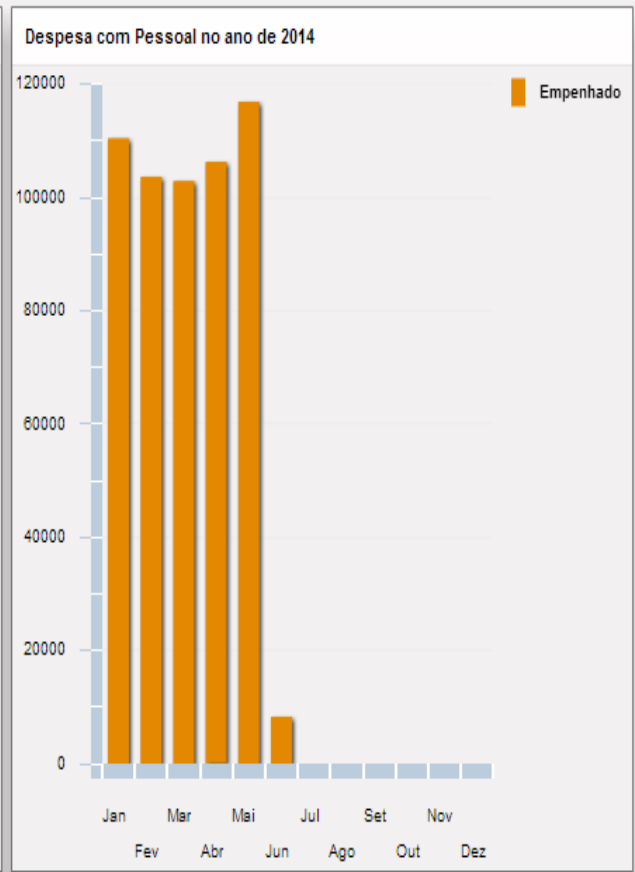
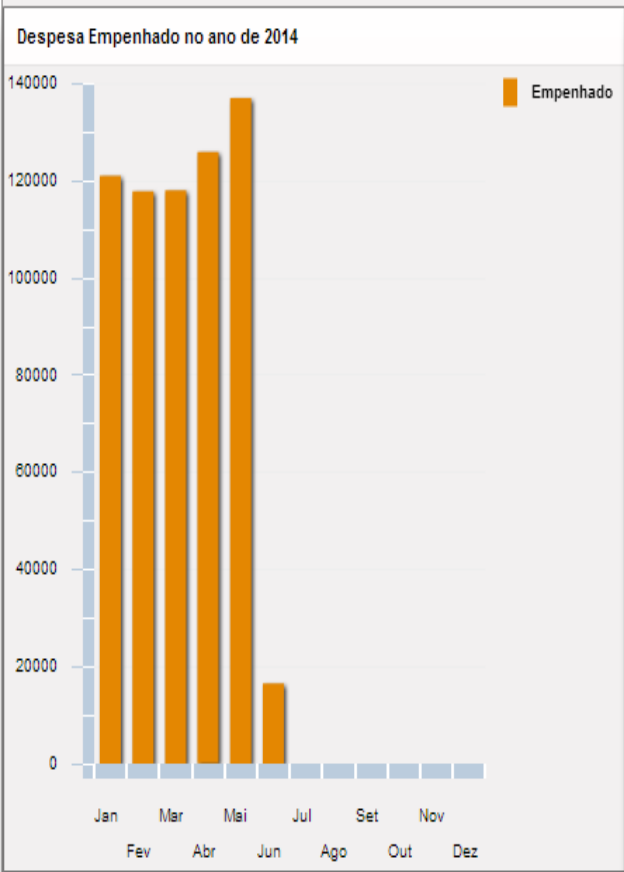


CAMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
Mandaguari-PR



Nº de Acessos: 653 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI Ano: 2014 Data/Hora da última atualização: 13/06/2014 14:54

- Geral
- Despesas
- Credores
- Veículos
- Diárias
- Repasse
- Convênios
- Licitações
- Patrimônio
- Folha de Pagamento
- Publicações



* Informações sujeitas a alterações.

Houve apenas uma contratação no 1º Quadrimestre

Câmara Municipal

Modalidade	Objeto	Valor Licitado
Dispensa	Contratação de empresa para realização de Concurso Público, visando contratação de Advogado.	R\$ 5.000,00

Entidade Executora

Ano*

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*

Modalidade*

Número edital/processo*

Descrição Resumida do Objeto*

Dotação Orçamentária*

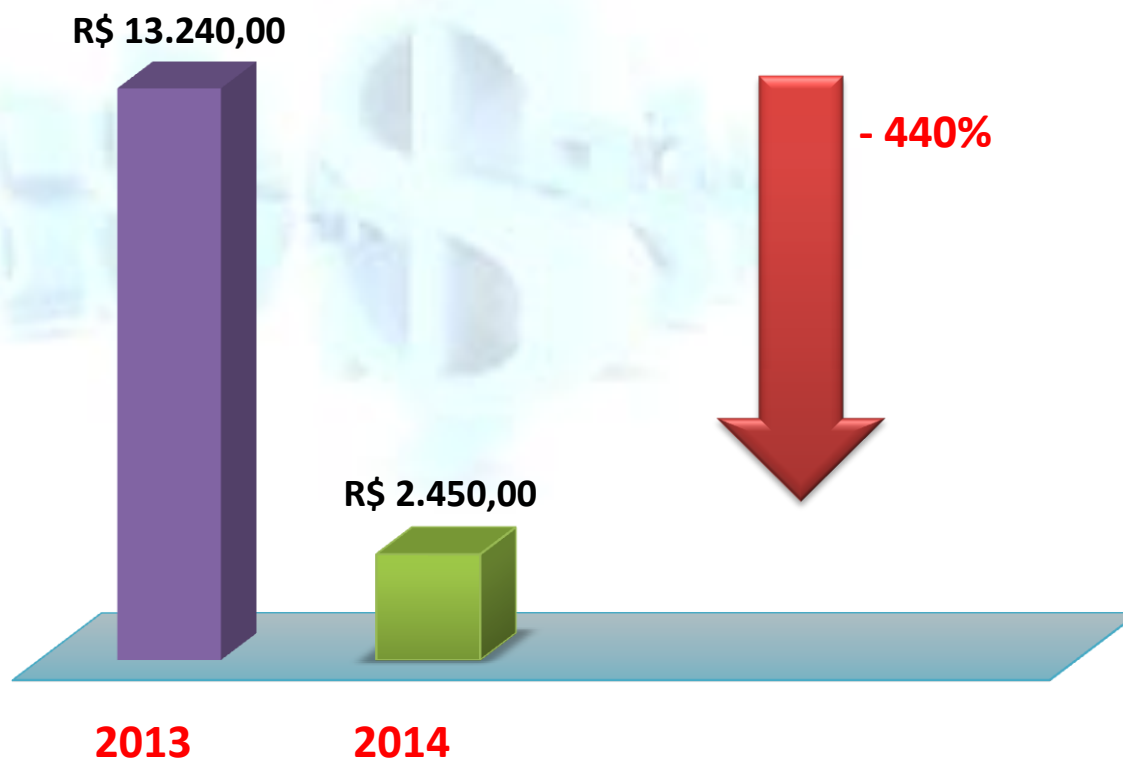
Preço máximo/Referência de preço - R\$*

Data Publicação Termo ratificação

Data Cancelamento



Diárias gastas nos 1ºs Quadrimestres pela Câmara Municipal



Quanto ao Portal de Transparência

No mês de maio houve a publicação de vários atos administrativos que estavam omissos, como por exemplo:

Relatórios da Instrução Normativa do Tribunal de Contas – PR
Execução Orçamentária;
Quadro de Pessoal
Empenhos;
Extrato de Contas Bancárias
Folha de Pagamento
Dentre outros.

Entretanto, ainda está em falta a parte que trata da normatização da Câmara Municipal, por exemplo, não se consegue encontrar a Lei que Estrutura o Plano de Cargos e Salários.



Exemplo: Relação empenhos pagos em março de 2014



CAMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

Estado do Paraná

Exercício 2014

RELAÇÃO DE EMPENHOS PAGOS - TRANSPARÊNCIA

PERÍODO DE 01/03/2014 a 31/03/2014

Empenho **Data** **Fornecedor**
66 / 2014 10/03/2014 UNIVERSO ONLINE S.A.
Objeto: DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO

<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>	<u>Valor</u>	<u>Tipo Licitação</u>	<u>Nº Licitação</u>	<u>Nº Processo</u>
0100101031000120013390390000	1	34,97	Dispensavel	/	0 / 2014
Nº Pagamento	Nº Liquidação	Nº Documento	Tipo Documento	Data Pgto.	Valor Pgto.
66 / 2014	1/2014	217256	Outros	14/03/2014	34,97
Total :					34,97

Empenho **Data** **Fornecedor**
67 / 2014 11/03/2014 SESPEDE & CIA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA PARA BIZ

<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>	<u>Valor</u>	<u>Tipo Licitação</u>	<u>Nº Licitação</u>	<u>Nº Processo</u>
0100101031000120013390300000	1	10,29	Dispensavel	/	0 / 2014
Nº Pagamento	Nº Liquidação	Nº Documento	Tipo Documento	Data Pgto.	Valor Pgto.
67 / 2014	1/2014	024384	DOC	14/03/2014	10,29
Total :					10,29

Empenho **Data** **Fornecedor**
71 / 2014 12/03/2014 ARLINDO PAGOTTO
Objeto: AQUISIÇÕES DE AGUA MINERAL DA USO DA CAMARA

<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>	<u>Valor</u>	<u>Tipo Licitação</u>	<u>Nº Licitação</u>	<u>Nº Processo</u>
0100101031000120013390300000	1	234,00	Dispensavel	/	0 / 2014
Nº Pagamento	Nº Liquidação	Nº Documento	Tipo Documento	Data Pgto.	Valor Pgto.
68 / 2014	1/2014	024508	DOC	14/03/2014	234,00
Total :					234,00

Empenho **Data** **Fornecedor**
72 / 2014 13/03/2014 C. R. MARQUES ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>	<u>Valor</u>	<u>Tipo Licitação</u>	<u>Nº Licitação</u>	<u>Nº Processo</u>
0100101031000120013390300000	1	376,70	Dispensavel	/	0 / 2014
Nº Pagamento	Nº Liquidação	Nº Documento	Tipo Documento	Data Pgto.	Valor Pgto.
69 / 2014	1/2014	024508	DOC	14/03/2014	376,70
Total :					376,70

ESTORNOS DE PAGAMENTOS DO PERÍODO

<u>Empenho</u>	<u>Data</u>	<u>Fornecedor</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>	<u>Valor</u>	<u>Tipo Licitação</u>	<u>Nº Licitação</u>	<u>Nº Processo</u>
/								
		Nº Estorno	Nº Pagamento	Nº Liquidação	Nº Documento	Tipo Documento	Data Estorno	Valor Estorno



Correspondências encaminhadas ao Executivo e a Câmara Municipal, no Quadrimestre

Destinatário	TOTAL	Respondido	Não respondido	Atendido	Não atendido
Executivo Municipal	17	12	5	13	4
Câmara Municipal	3	1	2	2	1
TOTAL	20	13	7	15	5



Alguns Requerimento atendidos pelo Executivo Municipal

- Aumento da fonte nas publicações dos atos administrativos municipais no Diário Oficial.
- Melhoria do horário de realização da Audiências Públicas.
- Retirada de cláusulas dos Editais Licitatórios, bem como a correção de descritivos nos mesmos que poderiam suscitar dúvidas quanto a supostos direcionamentos, consubstanciando-se em afronta a legislação vigente.
- Esclarecimentos sobre previsão de gastos, pelo Município, com a 1ª ExpoMandaguari.



Sugestão de melhoria aos Editais licitatórios

Visando buscar o aperfeiçoamento dos Editais licitatórios da Prefeitura de Mandaguari, este OS solicitou, mediante o requerimento nº 21/2014, a inserção de duas cláusulas nos mesmos, elencando o seguinte:

- 1º - Que seja exigido do fornecedor, junto a apresentação do Estatuto/Contrato Social, **a Certidão Simplificada da Junta Comercial, para comprovação da vigência do referido documento.**
- 2º - Que seja acrescentada na cláusula referente à proposta de preços eletrônica que: **a ausência do referido item não importará em desclassificação, tendo em vista se tratar de cláusula com vistas a tornar céleres os procedimentos do certame.**

Resultado

Ambas as cláusulas foram inseridas.



Algumas das participações do OS de Mandaguari neste quadrimestre.



Projeto LAI Social



O OS de Mandaguari – ADAMA, participa do Projeto LAI Social, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com a UEM.

O Objetivo do Projeto é constatar, em setenta e dois municípios paranaenses, com mais de dez mil habitantes, se os Portais de Transparência destes, estão atendendo a Lei de Transparência e a Lei de Acesso à Informação.

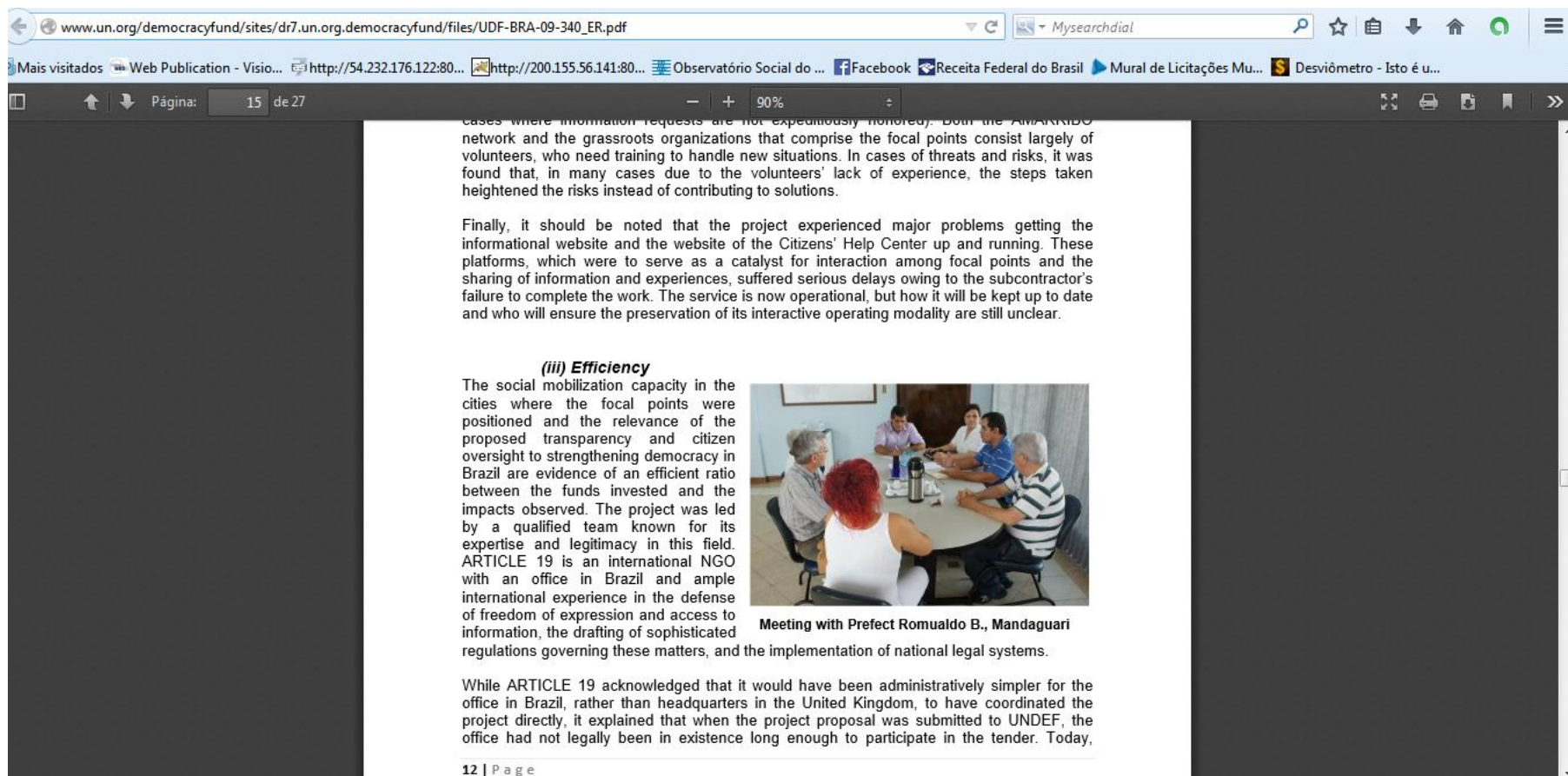
Visita do Consultor Externo do Fundo de Democracia das Nações Unidas – UNDEF, ao Observatório Social de Mandaguari - ADAMA



A visita foi realizada com o propósito de constatar se houve impacto positivo na comunidade mandaguariense, após a realização de Projetos desenvolvidos em parceria com “Article19”, apoio da AMARRIBO Brasil e Observatório Social do Brasil, sendo patrocinado pelo UNDEF, em 2012.

O Relatório

O Relato dessa visita e da retrospectiva do Projeto está disponível em um Documento de 27 páginas, em inglês, no site da Organização das Nações Unidas <http://www.un.org/en/>



cases where information requests are not expeditiously honored. Both the AMARRO network and the grassroots organizations that comprise the focal points consist largely of volunteers, who need training to handle new situations. In cases of threats and risks, it was found that, in many cases due to the volunteers' lack of experience, the steps taken heightened the risks instead of contributing to solutions.

Finally, it should be noted that the project experienced major problems getting the informational website and the website of the Citizens' Help Center up and running. These platforms, which were to serve as a catalyst for interaction among focal points and the sharing of information and experiences, suffered serious delays owing to the subcontractor's failure to complete the work. The service is now operational, but how it will be kept up to date and who will ensure the preservation of its interactive operating modality are still unclear.

(iii) Efficiency

The social mobilization capacity in the cities where the focal points were positioned and the relevance of the proposed transparency and citizen oversight to strengthening democracy in Brazil are evidence of an efficient ratio between the funds invested and the impacts observed. The project was led by a qualified team known for its expertise and legitimacy in this field. ARTICLE 19 is an international NGO with an office in Brazil and ample international experience in the defense of freedom of expression and access to information, the drafting of sophisticated regulations governing these matters, and the implementation of national legal systems.

While ARTICLE 19 acknowledged that it would have been administratively simpler for the office in Brazil, rather than headquarters in the United Kingdom, to have coordinated the project directly, it explained that when the project proposal was submitted to UNDEF, the office had not legally been in existence long enough to participate in the tender. Today,

Meeting with Prefect Romualdo B., Mandaguari

12 | Page



Posse da Diretoria da Associação dos Juízes Federais do Paraná - APAJUFE,



Presidente Dr. Anderson Furlan – Justiça Federal de Maringá.

O Evento aconteceu em Curitiba, na Sede da Justiça Federal do Paraná, no dia 24.02.2014

5º Encontro Nacional dos OS Balneário Camboriú – SC

27, 28 e 29 de março/2014





Estiveram presentes aproximadamente 200 pessoas, representando 52 Observatórios Sociais.



Palestrante:



Valtuir Pereira Nunes – Diretor do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul - *O Controle Social sobre a Gestão Pública e o Papel dos Tribunais de Contas*



João Paulo Vergueiro – Presidente da Diretoria Executiva da ABCR -Associação Brasileira de Captadores de Recursos. – ***Captação de Recursos***



**Banca de advogados respondendo questionamentos dos OS
acerca de processos licitatórios.**



Painel sobre Merenda Escolar com a participação de **Leomir Ferreira de Araujo** – Servidor do MEC/FNDE - Coordenador Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Palestrante:



Adriano Strassburguer – do Observatório Social de Lajeado – RS - Palestrou sobre os IGPs – Índices de Gestão Pública nas cidades que possuem Observatórios Sociais.

Concurso Nacional de Redação e Projetos

Pensando na formação dos jovens, a Rede de Observatórios Sociais, desde a sua criação mantém como um de seus Programas de Trabalho a “Educação para a Cidadania”, como forma de semear e disseminar a cidadania fiscal, especialmente incentivando crianças e jovens **para fazer conta do que é da sua conta**: a qualidade na aplicação dos recursos públicos em prol do bem social.



Uma das ações que os OSs têm realizado e muito tem contribuído para este propósito são os Concursos de Redação. Assim, em 2014, o OSB lança a proposta de realização de tais concursos com etapas Municipais, Estaduais/Regionais e Nacional. E, além do concurso de redação para os 8º e 9º anos do ensino fundamental, lança também o concurso de Projetos para o Ensino Médio.



O tema para o Concurso, neste ano de 2014, será “**Cada brasileiro pode ser uma Área Livre de Corrupção**”.



Premiação

Ensino Fundamental

- 1º Lugar: 01 Tablet
- 2º Lugar: 01 Celular SmartPhone
- 3º Lugar: 01 Mp4

Ensino Médio

- 1º Lugar: 01 Tablet
- 2º Lugar: 01 Celular SmartPhone
- 3º Lugar: 01 Mp4



Professores orientadores dos alunos classificados em 1º Lugar

- Ensino Fundamental: 01 Tablet
- Ensino Médio: 01 Tablet



Observatório Social de Mandaguari - ADAMA	
RECEBIMENTOS	MÉDIA
Mensalidades	R\$ 382,50
Contribuições	R\$ 300,00
Rendimento financeiro	R\$ 436,21
Total	R\$ 1.118,71
PAGAMENTOS	
Bolsa auxílio	R\$ 1.620,00
Despesas com informática	R\$ 37,00
Energia Elétrica	R\$ 48,73
Eventos e Promoções	R\$ 35,00
Boletim Informativo	R\$ 316,78
Correio	R\$ 12,93
Materiais de escritório	R\$ 54,99
Mensalidades (PROE e OSB)	R\$ 216,95
Viagens e Representação	R\$ 274,53
Taxas e emolumentos	R\$ 13,75
Telefone	R\$ 147,89
Faixas e Placas	R\$ 90,00
Outras Despesas	R\$ 57,39
TOTAL	R\$ 2.925,94



Relação de Parcerias já firmadas com a Rede OSB

- **CGU** - Apoio e capacitação técnica em todos os Estados onde há OS, incluindo ações conjuntas em Concursos de Redação e outros eventos.



- **TCU** - Apoio; capacitação técnica e orientação para denúncias.

- **MP do PR e de SC** - Avaliação dos Portais de Transparência das Prefeituras, apoio em relação a denúncias, ações conjuntas em audiências públicas.



- **TCE do PR e de SC** - Abertura e orientação para denúncias; abertura de dados e vagas em eventos de capacitação.





- **OAB** do **PR** e de **SC** - Orientação jurídica em casos específicos e mais complexos; acompanhamento das denúncias encaminhadas aos órgãos oficiais de controle.



- **CREA** PR - Orientação na análise de editais e no acompanhamento da execução de obras.



- **SEBRAE** - Programa Compra Paraná - Divulgação de editais de licitação, capacitação das MPEs e Projeto Franquia Social. Os OS receberão auditoria para certificação.

- **Sindafep** (Sindicato dos Auditores Fiscais Estaduais) - Apoio financeiro a três OS que desenvolvem trabalho regionalizado.



SINDIFISCO NACIONAL

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

- **Sindifisco Nacional** (Sind. Auditores Fiscais Federais) - Apoio institucional, voluntário e disseminação do trabalho da Rede.





- ANABB (Assoc. Nac. dos Funcionários do Banco do Brasil) - Apoio financeiro a cinco OS, um em cada região do país, e apoio na divulgação das ações dos OS para voluntários do Banco do Brasil.

- AMPCON (Assoc. dos Promotores de Contas) - Acordo de cooperação para campanha “Conselheiro Cidadão” e mudança da legislação sobre a nomeação de conselheiros dos Tribunais de Contas.



AMPCON
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS



CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e PVCC (Programa de Voluntariado da Classe Contábil) - apoio na disseminação do trabalho da Rede, voluntariado, apoio dos CRCs aos OS, capacitação em gestão contábil dos OS.



Mantenedores



Patrocínio Projeto IGPs



Hino da Cidadania



Vídeo:

Hino da Cidadania

<http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/hino-da-cidadania-legendado-pt-br-1-22009-194810.shtml>



osbrasil.org.br/Mandaguari

mandaguari@osbrasil.org.br

facebook.com/osmandaguari



Sinceros agradecimentos.

“Ninguém vale pelo que sabe, mas sim pelo que faz com aquilo que sabe.”

Leonardo Boff

Fones: (44) 3233-0099 / (44) 3133-0028

Rua José Ribeiro Marques, nº 392

Mandaguari – PR

